**A UTILIZAÇÃO DOS MANUAIS DE DIAGNÓSTICO NA PRÁTICA CLÍNICA DO
PSICÓLOGO: UMA ANÁLISE EM PERSPECTIVA HISTÓRICO CULTURAL**

Jéssica Elise Echs Lucena*
Fernanda Santos de Castro
Suzana Tomal Brondani
Talitha Priscila Cabral Coelho

A pesquisa que apresentamos neste texto foi desenvolvida ao longo do ano 2011 na disciplina de Prática de Pesquisa em Psicologia (DPI-UEM). Teve como objetivo caracterizar os encaminhamentos dados por psicólogos clínicos a um caso hipotético e analisar, à luz do Materialismo Histórico Dialético, como estes profissionais tem se utilizado na prática dos manuais de diagnóstico.

Para sua consecução procuramos, como objetivos específicos, discutir: como os diferentes profissionais de psicologia, de diferentes abordagens teórico metodológicas, encaminham seus casos na prática clínica; como tais encaminhamentos se constroem com o contexto sócio-histórico da nossa sociedade; como os psicólogos têm utilizado os manuais de diagnóstico na prática profissional; quais os fatores que são levados em conta quando se emprega o uso destes; e como refletir criticamente os resultados obtidos na pesquisa no compromisso social da Psicologia.

Consideramos que a Psicologia se consolidou enquanto ciência em meio a dicotomias que não permitem compreender o homem em sua totalidade. No campo da saúde mental, a Psicologia tem-se atrelado a um modelo dicotômico biomédico que prioriza uma compreensão do processo saúde-doença, remetendo-se aos fatores orgânicos. Em relação à prática clínica, uma das possíveis ferramentas de auxílio ao psicólogo é o manual de diagnóstico que se refere a transtornos mentais. Como exemplo cita-se o CID-10 (Código Internacional de Doenças) e o DSM-IV TR (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais). Estes trazem na sua

própria introdução um aviso de que suas classificações diagnósticas são relativas a uma época, um contexto social e cultural, no qual linguagem e ciência possuem acepções específicas.

Justificamos o interesse por esta temática ante a necessidade de nos apoiarmos em fundamentos sólidos que norteiem a utilização desses manuais de diagnóstico. Acreditamos que o seu uso cuidadoso, no que diz respeito às considerações presumíveis – quanto à concepção de indivíduo, história e ciência – pode evitar que a intervenção do profissional da psicologia incida em um modelo dicotômico biomédico e em uma compreensão individualizante/biologizante, ou seja, uma concepção atemporal das produções humanas.

Esta investigação resultou de um trabalho de revisão bibliográfica, seguido da análise de manuais de diagnóstico bem como uma pesquisa de campo e, posterior análise de dados obtidos. Na pesquisa de campo, foi utilizada a técnica de entrevista semidirigida, na qual, a partir da leitura de um caso clínico hipotético e de questões norteadoras, buscou-se caracterizar os fatores que são relevados pelos psicólogos clínicos para se abordar as questões psicológicas, e como estes profissionais tem utilizado os manuais de diagnóstico em suas práticas.

O caso clínico foi confeccionado considerando os critérios presentes no CID-10 para a classificação de uma pessoa com *transtorno de personalidade anti-social* (F60.2). A escolha de tal transtorno foi arbitrária, sendo critério para a confecção do caso que apenas seu sujeito apresentasse características que permitissem que ele fosse encaixado em alguma classificação do CID-10. Em relação ao caso, resumidamente, destaca-se que o sujeito do caso era um homem belga de 35 anos, que trabalhava em uma pizzaria. Após ser criticado por um cliente atirou uma pizza em seu rosto, motivo pelo qual foi preso. O homem não se sentia culpado por isso, e era caracterizado como charmoso e educado. Seu histórico descreve a presença de um pai alcoólatra que trabalhava como biscateiro, enquanto sua mãe era empregada doméstica e responsável por sustentar a casa. Na adolescência o belga participou de furtos e utilizou drogas.

Foram realizadas e analisadas, com base no método Materialista Histórico Dialético, cinco entrevistas com psicólogas de diferentes abordagens clínicas (as quais foram nomeadas de Psicóloga 1, Psicóloga 2 e consecutivamente), de modo que se procurou analisar os fenômenos

expressos não apenas como manifestações fenomênicas da realidade, mas através delas buscar a realidade histórica e social que o fenômeno expressa.

A partir da apresentação dos casos, realizamos alguns questionamentos a partir das perguntas guias: “Como você faria uma análise desse caso?; Embora as informações sejam restritas e limitadas, qual seria um provável psicodiagnóstico?; Quais pontos te chamaram mais atenção para a realização do psicodiagnóstico?; Em que você se baseou para fazer esse psicodiagnóstico? Em alguma teoria? Na experiência? Em algum manual?; O que você acha do emprego de manuais para analisar casos como esse? Você acha que eles são úteis, por quê? Inúteis, por quê?”.

A partir da análise das entrevistas, constatou-se que todas as psicólogas relataram ter conhecimento dos manuais de diagnóstico, de modo que eles já tinham sido utilizados ou estavam associados de algum modo à sua prática. Quatro das cinco psicólogas relataram haver certa limitação no uso do manual de diagnóstico. A psicóloga 2 disse que era limitado por ser muito resumido, e por isso precisava pesquisar em outros lugares. A psicóloga 3 disse que prefere conversar pessoalmente com o paciente a dar um laudo escrito pra ele, faria uso então de um raciocínio clínico para entender o paciente, uma vez que era contra “carimbar” um paciente com o diagnóstico. A psicóloga 4 afirmou que não dá nomes ao que as pessoas estão experienciando, priorizando a psicodinâmica, apenas utiliza o CID-10 em circunstâncias específicas, quando há necessidade de fazer um atestado psicológico para afastamento do trabalho. A psicóloga 5 destacou que por trabalhar num CAPS que integra uma equipe multidisciplinar, os pacientes chegam a ela já diagnosticados, “com um CID”, porém afirma que em sua prática não se retém nesse diagnóstico e sim, avalia o paciente. Em contradição, apenas a Psicóloga 1 relata não ver limitações na utilização dos manuais de diagnóstico.

Hipotetizou-se então, que a limitação relatada no uso dos manuais de diagnóstico seja fruto das necessidades que esse manual visaria a atender, não se configurando enquanto uma ferramenta de subsídio de um processo psicodiagnóstico que leve em consideração uma concepção de homem como totalidade histórico-social. Baseando-se na revisão bibliográfica

realizada na etapa preliminar da pesquisa, considera-se que o surgimento do modelo de classificação atual dos manuais que prioriza os sintomas orgânicos e a base biológica em detrimento dos aspectos sociais e históricos, seria reflexo das necessidades atuais da sociedade e do novo modelo de tratamento dos “desajustados” a partir da medicalização.

Nesse sentido, considera-se que os manuais hoje utilizados e citados nas entrevistas, DSM-IV e CID-10, surgiram a partir das necessidades da sociedade capitalista atual, sociedade esta em que a existência de um doente mental que se recusa a cumprir papéis correspondentes à sua posição social é inaceitável. Os comportamentos perturbadores seriam então considerados como indicadores de doença mental e, sob o crivo da ciência que atribui uma causa orgânica a esses comportamentos, o que se tem difundido é a possibilidade de se alcançar um bem-estar medicamentosamente. A causa para o desajuste é dada por uma explicação orgânica, biológica, a partir da qual o indivíduo pode e deve ser medicado. A partir deste contexto, o manual surge como ferramenta eficaz para uma classificação diagnóstica das doenças mentais.

Assim, destacou-se que quando se atribui a um transtorno mental uma causa orgânica, desvinculada do social, esgota-se a possibilidade de que esse indivíduo desenvolva-se, no sentido de conquistar essas funções que de algum modo estariam prejudicadas. Ao atribuir uma causa orgânica a um transtorno, tanto o psicólogo quanto o próprio indivíduo podem esgotar em sua prática uma possibilidade de mudança. Portanto, o que se destacou não foi um impedimento ao uso dos manuais de diagnóstico, mas a necessidade de uma prática comprometida com um projeto de psicologia que priorize as possibilidades de desenvolvimento pleno do indivíduo.

Considera-se que apesar das diferentes abordagens possuírem pressupostos e projetos ético-políticos distintos, com encaminhamentos e intervenções próprias, a questão da utilização dos manuais de diagnóstico é presente mesmo que de forma indireta na prática clínica destes psicólogos. Dessa forma, esta pesquisa possibilitou uma reflexão crítica a respeito da utilização dos manuais de diagnóstico na prática clínica dos psicólogos, levando em conta não apenas a simples utilização dos manuais de diagnóstico, mas indo em direção a uma reflexão a respeito das práticas da sociedade capitalista atual, uma vez que os manuais são criações humanas que buscam

suprir necessidades desta e, portanto, não devem ser compreendidos como produções humanas atemporais.

A pesquisa possibilitou um contato direto com a reflexão sobre a produção do conhecimento científico, a partir de uma revisão bibliográfica do material publicado a respeito da temática em questão e um estudo de campo, ou seja, buscou além de uma verificação empírica uma correlação com a fundamentação teórica pesquisada. Assim, foi possível uma integração entre teoria e prática a partir de uma compreensão da práxis humana que não se faz apartada dos conhecimentos científicos, que são construídos historicamente atrelados ao contexto social.

Por fim, destacamos a importância da construção de um conhecimento que se comprometa a ir além da simples aparência buscando a compreensão histórica e social dos determinantes da realidade resultante. Apenas a partir da compreensão da realidade, que é datada e dialeticamente determinada pela sociedade, seria possível retornar ao concreto e comprometer-se com um projeto social e político de uma Psicologia que se faça promotora de uma nova sociabilidade.

Referências

Aguiar, W. M. J.. (2001) A pesquisa em psicologia sócio-histórica: contribuições para o debate metodológico. In: BOCK, A.M.B.; GONÇALVES, M.G.M.; FURTADO, O. (Orgs).

Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Cortez, pp. 129-140.

Bock, A. M. B. (2004) A perspectiva sócio-histórica de Leontiev e a crítica à naturalização da formação do ser humano: a adolescência em questão. *Caderno Cedes*, Campinas, vol. 24, n.62, pp. 26-43.

Bock, A. M. B. (1999). A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. Natal: *Estudos de Psicologia*, vol. 4, n.2, pp.315-329.

Dimenstein, M, et. al. (2009). O Apoio Matricial em Unidades de Saúde da Família: experimentando inovações em saúde mental. São Paulo: *Saúde e Sociedade*, vol. 18, n. 1, pp.63-74.

DSM-IV-TR (2002). Manual de diagnóstico e estatístico de transtornos mentais.(Trad. Cláudia Dornelles, 4ª ed. Ver). Porto Alegre: Artmed.

Duarte, N. A Rendição Pós-Moderna à Individualidade alienada e à Perspectiva Marxista da (2004). Individualidade Livre e Universal. In Duarte, N.(Org) *Crítica ao Fetichismo da Individualidade*. (pp. 219-242). Campinas: *Autores Associados*.

Gomes E. M, Gomes T. M. M, Gomes, G. M. M.. (2005). Importance and constraints of the DSM-IV use in the clinical practice. Rio Grande do Sul: *Rev. Psiquiátrica*, vol. 27, n. 3, pp. 312-318. ISSN 0101-8108.

Leontiev, A. (2004). *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Livros Horizonte.

Martins, L. M. (2006). *As aparências enganam: divergências entre o Materialismo Histórico Dialético e as abordagens qualitativas de pesquisa*. (29ª Reunião Anual da ANPED, Educação, cultura e conhecimento na contemporaneidade: desafios e compromissos). Caxambu.

Marx, K. & Engels, F. (2005) *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martin Claret.

Marx, K. (2010). *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo.

Ministério da Saúde. (2005). *Reforma Psiquiátrica e política de Saúde Mental no Brasil-Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas*. Brasília.

Organização Mundial Da Saúde - CID-10. (2004). *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde*. (10 ed. Ver.) São Paulo: Universidade de São Paulo.

Singer, P., Campos, O. & Oliveira, E. M. (1978). *Prevenir e curar: o controle social através dos serviços de saúde*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.

Slater, L. Sobre Ser São em Lugares Insanos. In Slater, L. *Mente e Cérebro* (pp. 82-115). Rio de Janeiro: Editouro.

Tuleski, S. C. (2002) *Vygotski: a construção de uma psicologia marxista*. Maringá: Eduem.

Vygotski, L.S. (1996). *Obras Escogidas. Tomo IV*. Madrid: Visor.

Vygotsky, L.S. (2007). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes.